

Mensagens-Chave

COVID-19 e moradia

À medida que a COVID-19 se espalha pelo mundo, bilhões de pessoas foram aconselhadas a ficar em casa. Contudo, essa simples ação preventiva de saúde pública é impossível para pessoas em situação de rua ou que vivem em moradias inseguras ou em condições de adensamento domiciliar excessivo.

Estima-se que cerca de 1,8 bilhão de pessoas, ou seja, mais de 20% da população mundial, carece de moradia adequada. Esse número inclui cerca de 1 bilhão de pessoas vivendo em assentamentos informais e favelas.

A moradia é um direito humano fundamental e, neste momento, também é **crucial** na batalha contra a COVID-19. Sem uma moradia adequada é impossível realizar isolamento físico e adotar boas práticas de higiene, o que contribui para o aumento do risco de contração de uma doença potencialmente letal. Por isso, a Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Moradia Adequada, Leilani Farha, afirma que "a moradia tornou-se a linha da frente da defesa contra o Coronavírus. Antes, a moradia não se apresentava como uma situação de vida ou morte como neste momento".

As medidas de controle à COVID-19 e a falta de acesso a espaços abertos em cidades e áreas urbanas podem trazer **efeitos prejudiciais à saúde mental e física da população**. O ambiente estressante decorrente da necessidade de ficar em casa, especialmente em moradias pequenas e adensadas em assentamentos informais, a interrupção das redes de proteção social e a diminuição do acesso aos serviços também têm agravado o risco de violência contra mulheres e crianças.

A ausência de serviços básicos, o estresse, bem como as condições de vida pouco saudáveis contribuem para uma saúde precária. A população em situação de rua já sofre, em sua maioria, com problemas respiratórios graves que podem ser agravados pela COVID-19.

A propagação da COVID-19 tem contribuído para **umentar a crise habitacional global pré-existente** que já afetava milhões de pessoas. Ações imediatas e a curto prazo devem se concentrar na contenção da propagação da doença, enquanto intervenções a mais longo prazo devem rever as estratégias habitacionais e de governança fundiária. As decisões e medidas tomadas agora podem moldar significativamente o êxito ou o fracasso da futura recuperação, no período pós-pandemia.

A curto prazo, o ONU-Habitat encoraja os governos nacionais, regionais e locais a adotarem, no mínimo, as seguintes **medidas de emergência**:

- **Proporcionar alojamento temporário de emergência com instalações básicas de higiene a todas as pessoas sem moradia segura**, com intuito de permitir-lhes o isolamento físico e outras medidas de saúde pública necessárias, tais como boas práticas de higiene. Isso pode ser feito a partir da destinação de locais como hotéis, que atualmente se encontram vazios, e da reestruturação de bens públicos e comunitários, como escolas e centros comunitários que estão fechados.
- O impacto econômico da COVID-19 contribui para a instabilidade na renda, especialmente para as pequenas empresas, os trabalhadores informais, os com baixos salários e os autônomos que enfrentam a paralisação de suas atividades por tempo indeterminado e/ou a perda de emprego. Esse cenário pode resultar em atrasos no pagamento de financiamentos habitacionais e, conseqüentemente, na ameaça de despejo forçado. Portanto, os governos nacionais, regionais e locais devem **tomar medidas imediatas para garantir o direito à moradia para todos e todas**, inclusive por meio da suspensão de despejos devido ao atraso de financiamentos; o adiamento do pagamento de financiamentos; a introdução de medidas de estabilização de renda; a suspensão dos custos e sobretaxas dos serviços públicos durante a pandemia; e a criação de fundos de emergência para reduzir a exposição das categorias em risco. Simultaneamente, devem ser elaborados planos de emergência para evitar riscos econômicos para os locadores.
- Devem ser exploradas opções para o **fornecimento de outras necessidades básicas a comunidades** ou bairros vulneráveis, em especial, alimentos e produtos de higiene essenciais. Sistemas adequados de proteção social a nível nacional para todos e todas podem contribuir para o enfrentamento de múltiplos problemas, na maioria das vezes interligados, como a pobreza e a diminuição do impacto de certas despesas durante os períodos de desemprego, colaborando, conseqüentemente, para a melhoria da saúde.

A crise da COVID-19 é dramática, mas também pode oferecer **uma oportunidade única, a nível mundial**, de mostrar que é possível proporcionar moradia e segurança fundiária a todos e todas. Essa crise evidencia também a importância de habitações sustentáveis para fortalecer a preparação das áreas urbanas à resposta a eventos extremos.

As cidades e os governos locais de todo o mundo podem avançar no sentido de reduzir as desigualdades e os níveis de pobreza e proporcionar a todos e todas o acesso à moradia adequada, como catalisador para alcançar outros direitos fundamentais.

Fontes: [WHO Guidelines](#) on Health and Housing e UN Special Rapporteur on the right to Housing - COVID-19 Guidance Notes